

## **10. CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas no artigo 25º, alínea k) e do artigo 33º, nº 1, alínea m) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, tudo conforme propostas em anexo.

**1)- FREGUESIA DE SOBREPOSTA, para execução: "Pavimentação da Rua Nª Srª da Conceição" no valor de 34.075,13 €;**

**2)- FREGUESIA DE PEDRALVA, para execução: "Pavimentação da Rua de Picos – Pedralva", no valor de 70.812,98 €;**

**3)- União das Freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos, para execução "Obras de conservação na EB1 de Frossos", no valor de 9.287,00 €;**

## **PROPOSTA**

### **Considerando que:**

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1, do artigo 29º, da Lei nº

50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;

5. Que, por força do disposto na alínea I), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **Freguesia de Sobreposta** o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada: «**Pavimentação Rua Nª Srª da Conceição**»

6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor de **34 075,13€** incluído IVA que foi validado pela Unidade de Apoio às Freguesias/DMOSM;

7. Que, pelo presente, o Município delega na Freguesia Sobreposta a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de **34 075,13€** com IVA incluído.

8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a

prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

**PROPONHO:**

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **Freguesia Sobreposta** para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **34 075,13€** (trinta e quatro mil setenta e cinco euros e treze cêntimos) ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 08 de julho de 2021

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,



(Dr. Ricardo Rio)

## **PROPOSTA**

### **Considerando que:**

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do nº 1, do artigo 29º, da Lei nº



50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;

5. Que, por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **Freguesia PEDRALVA** o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada-: **"Pavimentação da Rua de Picos – Pedralva"**

6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor **70 812,98€, incluído IVA**, que foi validado pela Unidade de Apoio às Freguesias/DMOSM;

7. Que, pelo presente, o Município delega na Freguesia de **PEDRALVA** a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de 70 812,98€ com IVA incluído.

8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a

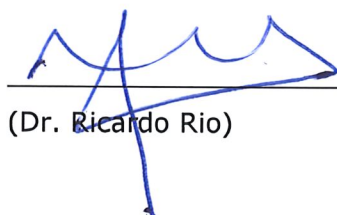
necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

**PROPONHO:**

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na Freguesia **PEDRALVA** para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **70 812,98€**(setenta mil oitocentos e doze euros e noventa e oito cêntimos) ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 15 de julho de 2021

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,



---

(Dr. Ricardo Rio)





## **PROPOSTA**

### **Considerando que:**

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto na alínea d), do n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1, do artigo 29º, da Lei nº

50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;

5. Que, por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do nº 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a **Câmara Municipal de Braga** preparou com a **União das Freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos** o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada: **«Obras de Conservação na EB1 de Frossos»**

6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor de **9 287,00€**, incluído IVA que foi validado pela Unidade de Apoio às Freguesias/DMOSM;

7. Que, pelo presente, o **Município** delega na **União das Freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos** a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de **9 287,00€** com IVA incluído.

8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a

celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

**PROPONHO:**

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **União das Freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos** para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **9 287,00€** (nove mil duzentos e oitenta e sete euros) ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 19 de julho de 2021

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,



---

(Dr. Ricardo Rio)